



## CRISE HUMANITÁRIA

# Desnutrição é flagelo de crianças ianomâmis

Agravado pela contaminação da água por mercúrio do garimpo, problema afeta mais da metade dos indígenas com menos de 5 anos

» MARIANA ALBUQUERQUE\*

Mais da metade das crianças ianomâmis com menos de 5 anos de idade estão abaixo ou muito abaixo do peso considerado adequado. Pesquisa feita pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) aponta fatores socioambientais como causa do problema. Em 2022, a taxa de desnutrição na etnia era de 52,2%, após um pico 56,5% em 2021 — números que se referem apenas às crianças atendidas pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no Sistema Único de Saúde (SasiSUS), acompanhadas pela Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN).

Ana Claudia Santiago, pesquisadora em saúde pública da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e coordenadora de projetos de pesquisa na área da saúde indígena, destaca o papel do aleitamento materno para criança de 0 a 6 meses na formação de imunidade e fortalecimento, mas, nas comunidades indígenas, a exposição precoce à água contaminada por mercúrio — metal pesado altamente tóxico — despejado nos rios da floresta pelos garimpeiros ilegais.

“As crianças se desenvolvem muito bem até os seis meses de vida, que é quando se alimentam quase que exclusivamente de leite materno. Enquanto está no peito da mãe e se alimenta de leite materno, ela consegue garantir um crescimento adequado, se desenvolve de uma forma normal como qualquer outra criança do Brasil saudável. Quando passa a ter contato com a terra, ela sai do colo da mãe, passa a beber água, começa a ter acesso a outro tipo de alimento, e inicia esse quadro de diarreia. São quadros repetitivos que levam à desidratação e à desnutrição, e isso se explica pela contaminação da água dos rios”, explica a pesquisadora.

Os ianomâmis enfrentam uma grave crise humanitária, decorrente da mineração ilegal. Pelo menos mil indígenas foram resgatados para atendimento médico emergencial com quadros graves de desnutrição e malária.

A Fiocruz aponta que a crise é consequência de um longo processo de destruturação do modo de vida tradicional do povo ianomâmi, agravado pela presença de mais de 20 mil garimpeiros na terra indígena. Relatório

do governo federal aponta queda de 80% para 53% na cobertura vacinal dos indígenas, nos últimos quatro anos. A taxa de mortalidade entre bebês ianomâmis atingiu 114,3 para cada mil nascimentos em 2020, patamar 10 vezes maior que a média brasileira.

Santiago explica que a desnutrição avança para a idade adulta, porque as comunidades indígenas padecem da falta de água de qualidade e de saneamento básico. “Grande parte da população que vive na Terra Indígena Yanomami consome essa água contaminada com coliformes fecais, e isso provoca quadros de diarreia repetitivos, que fazem com que uma criança não se desenvolva da forma que a gente espera”, diz ela.

### Anemia

A pesquisa da Fiocruz revelou situação de extrema gravidade entre as crianças menores de 5 anos em duas áreas ocupadas pelos ianomâmis: Awaris, no extremo norte de Roraima, e Maturacá, em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, em que, de 350 crianças avaliadas, 80% tinham déficit de estatura para a idade, 50% tinham déficit de peso por desnutrição aguda e 70% apresentaram diagnóstico de anemia.

Entre 2015 e 2018, a taxa de desnutrição infantil variou de 49,1% a 50%. O percentual mais baixo foi registrado em 2017: 47,4%.

Nos quatro anos do governo de Jair Bolsonaro (PL), houve o maior aumento proporcional do número de crianças fora do peso ideal, que chegou à média de 54,5% das crianças. O ano de 2021 registrou o pior cenário, com 56,5% das crianças desnutridas: em números absolutos, das 4.245 crianças ianomâmis monitoradas, 1.269 estavam com peso baixo e 1.130 com peso muito baixo.

A dificuldade de acesso dos indígenas à água potável é uma das principais consequências do garimpo criminoso na região. Os indígenas adoecem porque o mercúrio dos garimpos (usado para separar o ouro das impurezas) contamina não só os rios, mas também os peixes, uma das principais fontes de proteína das comunidades, e o leite materno.

\*Estagiária sob a supervisão de Vinicius Doria

Michael Dantas/AFP



Criança ianomâmi com desnutrição severa: exemplo da degradação das condições ambientais na terra indígena por causa do garimpo ilegal

## Operação da PF asfixia comércio de ouro

» VINICIUS DORIA

O cerco ao comércio de ouro ilegal extraído da Terra Indígena Yanomami fez com que agentes da Polícia Federal cumprissem, ontem, mais 16 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Goiás e Roraima, no âmbito da Operação Avis Aurea (ave dourada, em latim). Pelo menos 17 pessoas e nove empresas estão envolvidas, segundo apurou o **Correio**. No endereço de um dos suspeitos, os policiais encontraram diamantes. De acordo com a PF, a quadrilha enviava dinheiro vivo para Boa Vista, que era usado na compra do ouro ilegal em um esquema que teria movimentado, em cinco anos, R\$ 422 milhões. Uma das empresas suspeitas de integrar a rede criminosa já era investigada pela corporação após a descoberta de 111kg de ouro em um avião apreendido em Goiânia.

Entre os investigados estão empresários que atuam no comércio de ouro e joias em São Paulo, donos de empresas de engenharia, telecomunicações, limpeza, equipamentos elétricos e de revenda de camarão. Um dos suspeitos já foi preso por suspeita de integrar uma quadrilha especializada em furtar objetos e valores em residências de luxo no Distrito Federal. Advogados e um funcionário público municipal de Boa Vista também foram alvo da operação, assim como um funcionário de uma empresa aérea que atua na capital de Roraima, que seria responsável pelo embarque do ouro ilegal despachado em aviões de carreira para receptores em outros estados.

### Rota da ilegalidade

De acordo com as investigações, a quadrilha usava motoristas para enviar por via terrestre,

**R\$ 422 MILHÕES**

é o total movimentado pela quadrilha em cinco anos

em viagens que duravam mais de uma semana, grandes somas de dinheiro — captado de pessoas físicas e jurídicas das regiões Sudeste e Centro-Oeste — para Boa Vista. Lá, era usado para comprar ouro sem registro extraído nos garimpos ilegais da reserva indígena. Os bens de todos os envolvidos foram bloqueados por ordem da 4ª Vara da Justiça Federal em Roraima. As investigações tiveram início

após a Polícia Rodoviária Federal apreender mais de R\$ 4 milhões em espécie no interior de um veículo abordado em Cáceres, Mato Grosso. O dinheiro estava sendo levado para Roraima. Na sexta-feira da semana passada, a Polícia Federal já havia cumprido mandados de busca e apreensão em Boa Vista contra suspeitos de lavar dinheiro do garimpo ilegal. Entre os alvos estavam Vanda Garcia de Almeida e Fabrício de Souza Almeida, respectivamente irmã e sobrinho do governador do estado, Antônio Denarium (PP). Outros parentes do governador, cujos nomes não foram divulgados, também estão sob investigação.

A asfixia da rede de comércio e lavagem de dinheiro do ouro ilegal é um dos braços da operação que está desmontando a estrutura clandestina de extração de ouro da Terra Indígena Yanomami.



ALEXANDRE GARCIA

**NÃO É POSSÍVEL QUE UM ACONTECIMENTO COM IMPACTO MUNDIAL NÃO SEJA OBJETO DE UMA INVESTIGAÇÃO AMPLA POR PARTE DO CONGRESSO NACIONAL, O PRIMEIRO DOS PODERES, NÃO APENAS SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS, MAS TAMBÉM SOBRE AS CAUSAS. APURAR AS CAUSAS É BUSCAR LIÇÕES NA HISTÓRIA PARA QUE O EPISÓDIO NÃO SE REPITA**

## Luz no 8 de janeiro

Em entrevista a Christiane Amanpour, da CNN, o presidente Lula afirmou em Washington que “todas as forças que deveriam cuidar da segurança de Brasília estavam comprometidas com o golpe”. Passados 37 dias do 8 de janeiro, ainda persistem dúvidas sobre a atuação do governador afastado de Brasília, Ibaneis Rocha, e de seu secretário de segurança demitido, o ex-ministro da Justiça Anderson Torres, que está preso; sobre as reações do ministro da Justiça, Flávio Dino, e do chefe da Segurança Institucional da Presidência da República, general G.Dias;

sobre a atuação de integrantes da PM do DF; sobre a abertura de portas do Palácio do Planalto; sobre os alertas das agências de inteligência; sobre a saída antecipada de Bolsonaro do país; sobre quem realmente entrou nas sedes dos Três Poderes; sobre quem exatamente destruiu patrimônio público nas invasões; e, finalmente, sobre quem está preso e por quê.

A Advocacia da União entrou na vara cível com pedido de indenização de R\$ 20,7 milhões por danos ao patrimônio da União, contra 54 pessoas, três empresas, uma associação e um sindicato.

Supõe-se que haja indícios suficientes para demonstrar que destruíram ou contribuíram para destruir bens públicos. Apurar tudo isso é uma necessidade histórica, em nome da legalidade e da Justiça. Por algum motivo, o Poder Executivo, desde o início, fez campanha contra CPI entre os representantes do povo brasileiro. Mas não é possível que um acontecimento com impacto mundial não seja objeto de uma investigação ampla por parte do Congresso Nacional, o primeiro dos Poderes, não apenas sobre as consequências, mas, também, sobre as causas, e com acusações graves, como essa do chefe de Estado do Brasil numa entrevista na capital dos Estados Unidos. Apurar as

causas é buscar lições na História para que o episódio não se repita.

O Congresso precisa investigar por que aconteceram as invasões; quais suas causas remotas e imediatas. Há muito que investigar, pela recuperação das garantias e liberdades, para reforçar o estado de direito. Entre as causas remotas, certamente, terá que examinar atos do Judiciário sem amparo no devido processo legal, prisões arbitrárias, desrespeito à inviolabilidade dos mandatos de congressistas, mau funcionamento do equilíbrio entre os Poderes, a transparência das apurações eleitorais, a própria atuação do Congresso Nacional ante o enfraquecimento das garantias individuais,

o comportamento do chefe do Executivo e muitas outras questões que contribuirão para o desfecho em 8 de janeiro.

E há as prisões em massa, em que os que acampavam em frente ao QG do Exército apestando por intervenção militar foram embarcados indiscriminadamente em ônibus e estão presos desde 10 de janeiro. Assim como já conhecemos quem jogou o relógio no chão, queremos ver a cara de quem fez seis furos com pedra portuguesa na tela *As Mulatas*, de Di Cavalcanti. O Ministério Público já ofereceu denúncia contra 835 pessoas. Dessas, 189 por invasão e deprecação em sedes dos Poderes. A maioria, no entanto,

por uma genérica incitação ao crime de associação criminosa. No presídio para mulheres, 360 presas, quase todas longe de suas casas e famílias. Ontem, começou uma CPI na Assembleia do DF, mas o tamanho dos fatos exige que o Congresso entenda a sua responsabilidade no momento em que o ato antidemocrático de invasões e vandalismo pode ser visto como oportunidade para buscar o foro próprio, que é o Parlamento, os erros das instituições, e promover mudanças que tornem real no Brasil a democracia, que é o governo do povo para o povo. Estará o Congresso à altura da gravidade de todos esses acontecimentos?